

JORNAL VIGILANTE



DOMINGO - 15 DE JUNHO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR

Av. Castelo Branco, 145, Vila Landinha - Barra de São Francisco - ES

E-mail: beirarioveiculos@hotmail.com

Compra - Vende - Troca - Financia

Jhonatas (27) 99766-5005 Eliseu (27) 99964-4433



BEIRA RIO
VEÍCULOS



O MUNICÍPIO DE ECOPORANGA FOI O ANFITRIÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO 2026 DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, QUE ACONTECEU NESTA QUINTA-FEIRA (12). O EVENTO REPRESENTA AS MICRORREGIÕES NOROESTE E NORDESTE DO ESTADO E TEM POR OBJETIVO AMPLIAR A TRANSPARÊNCIA E OUVIR A POPULAÇÃO CAPIXABA PARA A DEFINIÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS.

DESTAQUE NA ECONOMIA CAPIXABA, O CAFÉ E SUA CADEIA PRODUTIVA PODERÃO SER ABORDADOS NAS SALAS DE AULA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO. A MEDIDA CONSTA NO PROJETO DE LEI (PL) 243/2025, DO DEPUTADO ALCÂNTARO FILHO (REPUBLICANOS). O TEXTO DESTACA A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DO FENÔMENO DA CAFEICULTURA NO ENSINO REGIONAL, INCLUINDO NÃO SÓ ASPECTOS ECONÔMICOS, MAS TAMBÉM HISTÓRICOS E CULTURAIS. "AO DESTACAR O PAPEL DOS PEQUENOS PRODUTORES E COMUNIDADES TRADICIONAIS, O PROJETO PROMOVE A PRESERVAÇÃO DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS E A VALORIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES LOCAIS", DESTACA O DEPUTADO.



O GOVERNO DE MINAS PARTICIPOU, NESTA SEXTA-FEIRA (13/6), EM BRASÍLIA, DA TERCEIRA REUNIÃO DELIBERATIVA DO COMITÊ ORIENTADOR DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS. O COLEGIADO É RESPONSÁVEL POR CONDUZIR A GESTÃO DOS RECURSOS PREVISTOS NO ANEXO 9 - SANEAMENTO DO NOVO ACORDO DO RIO DOCE, FIRMADO EM 2024 COM O OBJETIVO DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA, EM 2015.



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111



ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

ECOPORANGA RECEBE PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO 2026



O município de Ecoporanga foi o anfitrião da primeira Audiência Pública para elaboração do Orçamento 2026 do Governo do Espírito Santo, que aconteceu nesta quinta-feira (12). O evento representa as microrregiões Noroeste e Nordeste do Estado e tem por objetivo ampliar a transparência e ouvir a população capixaba para a definição da alocação dos recursos públicos estaduais.

“Estamos iniciando a discussão do futuro dessas regiões. Fizemos obras estruturantes, mas é fundamental ouvir as demandas da população para que possamos seguir investindo em obras que façam a diferença na vida das pessoas. Cada cidade e região têm suas prioridades e aqui em Ecoporanga é na área da saúde e já estamos realizando diversas iniciativas. As audiências públicas são importantes, pois todas as demandas que a população traz são computadas e entram no nosso radar e vão balizar os investimentos a partir do ano que vem”, explicou o governador Renato Casagrande, que participou do

encontro juntamente com o vice-governador Ricardo Ferraço.

Os eventos acontecerão de Norte a Sul do Estado durante todo o mês de junho e início de julho. Na ocasião, a população local tem direito direto à fala, em microfone, para opinar ou propor demandas, ações e projetos a serem inseridos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

A LOA é a peça de planejamento que aponta as áreas e setores em que serão alocados os recursos estaduais em determinado ano-exercício. O documento é elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) e encaminhado pelo governador para análise e depois para aprovação pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales).

Os encontros contam com a participação de gestores governamentais das mais diferentes áreas, que respondem prontamente a cada manifestação registrada pela população nas Audiências Públicas presenciais.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, conduziu os debates da plenária popular. “Este é um momento de escuta e diálogo com a população dos dezesseis municípios que compõem as microrregiões Noroeste e Nordeste do Estado. Esta é uma etapa fundamental para que o orçamento do Governo do Estado reflita, de fato, os anseios e desejos da população capixaba. É essa união das pessoas com o Governo

que faz toda a diferença na construção de soluções para o nosso Estado”, destacou. “É com muita satisfação que Ecoporanga recebe este importante evento do Governo do Estado. A presença da Secretaria de Economia e Planejamento aqui demonstra o respeito e a atenção do Governo com a nossa região. Convido todos a participarem e contribuírem para o fortalecimento de Ecoporanga e de todo o Espírito Santo”, pontuou o prefeito de Ecoporanga, anfitrião do evento, José Luiz Mendes.

O próximo evento acontece no dia 18 de junho (quarta-feira), a partir das 13 horas, no auditório da EEEM Emir de Macedo Gomes (Av. São Mateus, 1679 – Shell), em Linhares/ES. Na ocasião, serão debatidas propostas de projetos e ações para as microrregiões Centro-Oeste e Rio Doce.

Contribuições on-line

As contribuições também estão sendo colhidas pelo site www.orcamento.es.gov.br até o dia 04 de julho. Ao acessar o site, o cidadão deve efetuar um login, que pode ser feito via Acesso Cidadão ou pela conta Gov.br. Em seguida, é necessário selecionar a microrregião e a área estratégica de interesse. Dentro de cada área estratégica, estão listadas subáreas de atuação, página em que o cidadão poderá tanto destacar as subáreas que julgar mais relevantes quanto propor uma ação que o governo deve realizar para atender às necessidades da sua região.

Caso a demanda proposta não esteja contemplada em uma das subáreas, é possível ainda registrar uma sugestão avulsa no campo “Quero participar, mas não encontrei a subárea”.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Governo

GOVERNO DO ESTADO ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE JABAETÉ EM VILA VELHA

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer (Sesport), assinou, nesta quinta-feira (12), a ordem de serviço para a construção da Praça de Jabaeté, em Vila Velha. A solenidade contou com a presença do secretário de Estado de Esportes e Lazer, José Carlos Nunes, representando o governador do Estado, Renato Casagrande, e do prefeito Arnaldinho Borgo.

O novo espaço de lazer e convivência será implantado em um terreno de 4.296,54 metros quadrados, localizado na Avenida Jamaica, esquina com a Avenida França, no bairro Jabaeté. Com um investimento total de R\$ 3.198.506,81, a obra será realizada em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Vila Velha, por meio de convênio celebrado entre as duas instituições.

O projeto da Praça de Jabaeté contempla uma ampla infraestrutura voltada ao esporte, lazer e à inclusão social. Entre os equipamentos previstos estão uma quadra poliesportiva, campo society,

quadra de areia, playground infantil, academia popular e palco para apresentações culturais. A área também contará com uma edificação que abrigará um salão para danças e lutas marciais, equipada com banheiros acessíveis.

Além dos espaços esportivos e culturais, a praça receberá calçada cidadã, paisagismo, novo mobiliário urbano (como lixeiras, bancos, mesas de jogos e pergolados), espaço destinado a food trucks e paginação de piso em granilite. A proposta é oferecer um ambiente moderno, seguro e acessível para o convívio da comunidade.

Durante o evento, o secretário José Carlos Nunes destacou a importância do investimento na qualidade de vida da população. “A construção da Praça de Jabaeté representa mais uma entrega do Governo do Estado voltada à promoção do esporte e do lazer como ferramentas de inclusão social e convivência. É um espaço que vai beneficiar todas as faixas etárias e fortalecer os vínculos

comunitários. Esta obra também é um exemplo de como o governador Renato Casagrande valoriza o esporte e o lazer nas comunidades. E mostra que, mantendo o Governo do Estado organizado, é possível realizar investimentos como este, chegando onde o cidadão mais precisa”, afirmou.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesport



CAFÉ PODERÁ SER TEMA DE AULAS EM ESCOLAS NO ESPÍRITO SANTO

Destaque na economia capixaba, o café e sua cadeia produtiva poderão ser abordados nas salas de aula das escolas estaduais do Espírito Santo. A medida consta no Projeto de Lei (PL) 243/2025, do deputado Alcântaro Filho (Republicanos).

O texto destaca a importância da valorização do fenômeno da cafeicultura no ensino regional, incluindo não só aspectos econômicos, mas também históricos e culturais. "Ao destacar o papel dos pequenos produtores e comunidades tradicionais, o projeto promove a preservação das práticas agrícolas sustentáveis e a valorização das tradições locais", destaca o deputado.

O texto também visa à interdisciplinaridade, isto é, uma integração entre diferentes matérias para tratar do tema, abordando tópicos como a história do café



capixaba, as etapas da cadeia produtiva ou as práticas sustentáveis e inovações tecnológicas na produção do café.

"O presente projeto de lei visa suprir essa lacuna [do ensino sobre a cadeia produtiva de café], aproximando os jovens da principal atividade econômica do estado e reforçando a importância do café capixaba como patrimônio cultural, econômico e histórico", argumenta Alcântaro Filho na justificativa do PL.

Conforme o texto, caberá à Secretaria de Educação (Sedu) a capacitação de professores sobre a temática, a elaboração de material didático e a promoção de visitas técnicas e atividades práticas em propriedades cafeeiras, cooperativas e centros de pesquisa.

"[...] este projeto busca integrar a educação formal com a realidade local, valorizando o café capixaba como símbolo de identidade estadual e vetor de desenvolvimento econômico. Ao investir no conhecimento e na valorização das cadeias produtivas regionais, estamos preparando uma geração mais consciente, engajada e capacitada para os desafios do futuro", reforça a justificativa.

O projeto segue em tramitação e será votado após receber parecer das comissões de Justiça, de Educação, de Agricultura e de Finanças.

SESSÃO: ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA DESTACA TRABALHO JUNTO A CRIANÇAS E JOVENS

A sessão plenária desta quarta-feira (11) abriu espaço para a apresentação sobre os Clubes dos Desbravadores e Aventureiros, organizações da Igreja Adventista do Sétimo Dia voltadas para a formação de crianças e adolescentes e a prestação de serviços sociais. O Clube dos Desbravadores é considerado patrimônio cultural imaterial do estado pela Lei 12.246/2024, iniciativa do deputado Capitão Assunção (PL), autor também do requerimento para a explanação nessa quarta. O deputado Marcelo Santos (União), presidente da Assembleia Legislativa, aproveitou a oportunidade e disse que ele mesmo já foi um "desbravador". "Eu fui batizado nas águas em 1985 pelo pastor Paulo Barbosa, na Igreja Adventista de Campo Grande, e participei do primeiro Camporé (uma espécie de grande acampamento). Então, esse trabalho é importante que seja reconhecido", destacou. Frente a uma plateia formada por membros e dirigentes da organização, Capitão Assunção afirmou que aquele era um momento

de reconhecimento ao trabalho executado: "Os deputados abrem mão de um momento importante da sessão, em que são discutidos assuntos de interesse do Estado, para que mais capixabas possam compreender a magnitude desse trabalho, tanto na vertente social quanto espiritual, que dá à sociedade exemplos de bons cidadãos como esses que estão aqui", pontuou. Para Assunção, a iniciativa é relevante porque a organização realiza um chamado a crianças e jovens para que integrem a fé e a ação social. O parlamentar disse que os clubes dos desbravadores existem desde 1950 e hoje somam 14 mil, com 10 mil de aventureiros no Brasil. O deputado salientou a importância do trabalho do pastor Udirley Kloss Segantini, bacharel em Teologia, desde 2023 na liderança dos clubes de desbravadores e aventureiros na Região Centro-Norte da Associação Espírito-Santense das Igrejas

Adventistas do Sétimo Dia. Foi Udirley quem conduziu a apresentação de mais de uma hora, com o tema "Desbravadores e aventureiros a serviço da comunidade". Ele destacou os líderes que também participam do movimento que tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens no estado. "Os clubes estão sempre prontos para estender as mãos em ações sociais e cívicas e prontos para agir com coragem em tempos difíceis de crise humanitária. É uma geração que decidiu viver para servir e que não se esconde quando a sociedade precisa dela. Pode nos dar a missão, e nós todos vamos de lenço (símbolo do clube)", disse Udirley.



OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO REALIZA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NO TERMINAL MORRO ALTO, EM VESPASIANO

A Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais (OGE/MG) desembarcou mais uma vez no Terminal Metropolitano Morro Alto, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), para ouvir os usuários do transporte público metropolitano. A ação de Ouvidoria Móvel desta sexta-feira (13/6) registrou manifestações, divulgou os canais para recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, e também prestou esclarecimentos sobre os serviços públicos estaduais, em especial sobre mobilidade urbana.

“A presença da Ouvidoria Móvel demonstra o empenho do Governo de Minas em ouvir atentamente a população e garantir transparência nas ações públicas. O contato direto com os usuários do transporte público nos possibilita compreender melhor suas necessidades, o que nos ajuda a fornecer informações estratégicas ao governo para aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos nessa área,” ressalta a ouvidora-geral do Estado, Gabriela Siqueira.

Os atendimentos foram realizados pela equipe da Ouvidoria de



Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Desenvolvimento Social, responsável por receber as manifestações relativas à mobilidade e ao transporte coletivo metropolitano.

Segundo o ouvidor de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Desenvolvimento Social da OGE/MG, Maurício Fernando Oliveira de Miranda, o local é um dos mais importantes e movimentados da RMBH. “O Terminal Morro Alto é um ponto estratégico dentro da malha de transporte metropolitano e, justamente por sua relevância e intenso fluxo de usuários, é fundamental que estejamos presentes com frequência. Por meio da escuta ativa da população conseguimos fornecer subsídios importantes para o aprimoramento das

políticas públicas voltadas à mobilidade urbana”, destacou.

Terminais como São Benedito, Vilarinho e Sarzedo também já receberam visitas da equipe da Ouvidoria Móvel este ano, além do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte e as Estações Eldorado e da Lagoinha.

Ouvidoria Móvel

O projeto Ouvidoria Móvel é uma ação da OGE/MG, que visa levar atendimento presencial ao cidadão mineiro. A ação é realizada em pontos estratégicos das cidades visitadas, como em praças públicas e eventos com grande fluxo de pessoas, e ocorrem com o ônibus caracterizado da OGE/MG, em stands montados ou de forma itinerante.

Os cidadãos podem registrar denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios pelos canais de atendimento da OGE/MG: Bel, assistente virtual da OGE/MG - (31) 3915-2022 (Whatsapp), aplicativo MGApp, Ouvidoria na palma da mão (disponível para Android e IOS) e telefones: 162, Disque - Ouvidoria e 136, Disque-Saúde.

INICIATIVA BUSCA REDUZIR FALTAS A CONSULTAS NO SISTEMA PUBLICO DE SAÚDE



Como forma de reduzir as faltas injustificadas em consultas e procedimentos marcados no sistema público de saúde, o deputado Dr. Bruno Resende (União) apresentou proposta que cria a Política Estadual de Conscientização e Combate ao Absenteísmo em Consultas, Exames e Procedimentos Agendados pelo

usados telefone, aplicativos de mensagem, o aplicativo Integra Saúde Capixaba e outros meios digitais que possam ser criados pelo governo do Estado.

O projeto também prevê o envio de lembretes aos pacientes, com informações sobre a consulta e as

Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos pontos altos do Projeto de Lei (PL) 235/2025 são os canais de comunicação para que seja feito o cancelamento prévio de consultas, exames e procedimentos. Para isso, poderão ser

formas de cancelamento em caso de impossibilidade de comparecimento. “Dados apontam que até 30% das consultas marcadas são desperdiçadas por ausência do paciente que não avisa previamente, impedindo a realocação da vaga para outra pessoa”, aponta o autor na justificativa do projeto.

Outro tópico abordado pelo texto é a importância de conscientização para os problemas causados pelo não comparecimento em consultas marcadas. “A proposta também prevê campanhas educativas permanentes, com frases de impacto social, estimulando a responsabilidade e o compromisso do cidadão com o SUS”, esclarece Dr. Bruno.

Análise

O projeto de lei passará por votação após análise pelas comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças.

GOVERNO DE MINAS DÁ ANDAMENTO A AÇÕES DE SANEAMENTO PREVISTAS NO NOVO ACORDO DO RIO DOCE



O Governo de Minas participou, nesta sexta-feira (13/6), em Brasília, da terceira reunião deliberativa do Comitê Orientador de Saneamento de Minas Gerais. O colegiado é responsável por conduzir a gestão dos recursos previstos no Anexo 9 – Saneamento do Novo Acordo do Rio Doce, firmado em 2024 com o objetivo de reparar os danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015.

O acordo destina R\$ 7,54 bilhões para ações de saneamento em Minas Gerais. Essa foi a primeira reunião presencial do Comitê, composto por representantes do Governo de Minas e do Governo Federal, que teve como objetivo avançar na articulação entre as esferas federal e estadual para a implementação de projetos de

saneamento básico nos municípios da Bacia do Rio Doce.

A reunião foi realizada na sede da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Participaram representantes das Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG) e de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra-MG). A União foi representada pela Seppi e pelo Ministério das Cidades.

Também estiveram presentes representantes do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

(Codemge).

“Temos avançado significativamente nas discussões sobre saneamento básico para os municípios da Bacia do Rio Doce e esperamos, em breve, nos reunir com as prefeituras para avançarmos ainda mais. As ações que discutimos integram o esforço do Governo de Minas para garantir a reparação integral e definitiva aos danos causados pelo desastre ambiental e assegurar melhorias efetivas na qualidade de vida da população atingida”, afirmou a subsecretária de Gestão Estratégica e Reparação da Seplag-MG, Gabriela Brandão.

Definições

Um dos andamentos da reunião foi a inclusão do município de Caputira na lista de cidades contempladas pelo Novo Acordo. Agora, são 200 municípios mineiros abrangidos pela iniciativa. Outro assunto abordado foi a gestão financeira dos recursos vinculados ao Anexo 9, que é de responsabilidade do BDMG.

Também foi definida a ordem de priorização dos componentes de saneamento básico a serem atendidos pelos investimentos: esgotamento sanitário, abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos urbanos e macrodrenagem.

INVESTIMENTO NA FORMAÇÃO CIENTÍFICA CAPIXABA: FAPES ABRE EDITAL COM 600 BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO



O Governo do Estado, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) lançou, nesta quinta-feira (12), o Edital nº 14/2025 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do Espírito Santo (PIBICES). Aproximadamente R\$ 6,5 milhões vão ser investidos para pagar as 600 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT) destinadas aos estudantes da graduação de todo o Espírito Santo.

O principal objetivo da chamada é despertar a vocação científica, tecnológica e de inovação entre os estudantes de

graduação, nas diversas áreas do conhecimento e especialidades. Além disso, busca promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação no Espírito Santo.

Para o diretor-geral da Fapes, Rodrigo Varejão, o PIBICES é um edital que contribui diretamente para a formação de padrões de excelência e eficiência na formação de recursos humanos para o ecossistema científico capixaba.

"Com essa chamada, conseguimos oferecer aos estudantes uma experiência científica e tecnológica diária, vivenciando a rotina que envolve o ambiente da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico. Isso acaba por ampliar as possibilidades para a sua carreira profissional. É um edital com o olhar para o futuro", concluiu Varejão.

O valor mensal de cada bolsa de ICT é de R\$ 800 com duração mínima de quatro meses e máxima de 12 meses. Já o recurso completo previsto para o edital é

de cerca de R\$ 6,5 milhões, oriundos do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec). As submissões devem ser feitas na plataforma SigFapes (www.sigfapes.es.gov.br), até o dia 25 de julho.

Para inscrever proposta, o proponente deve ser coordenador do Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação (PIBICTI) regulamentado nas Instituições de Ensino Superior e/ou Pesquisa (IES/P). Além disso, ser pesquisador/docente com título de mestre ou doutor.

Serviço:

Lançamento do Edital nº 14/2025 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do Espírito Santo (PIBICES): clique aqui e acesse o edital

Prazo de submissão: até as 17h59, do dia 25/07/2025

Valor total de recurso para o Edital: cerca de R\$ 6,5 milhões

Site para submissão: www.sigfapes.es.gov.br

Dúvidas sobre o edital? bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br

Informação à Imprensa: Assessoria de Comunicação da Fapes

ESCOLAS PODERÃO TER PROGRAMA DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

O deputado Denninho Silva (União) deseja, por meio do Projeto de Lei (PL) 282/2025, instituir um programa de atividades extracurriculares para as escolas estaduais, o chamado “Mente Ativa, Futuro Saudável”. A matéria tem como foco a ocupação produtiva de crianças e adolescentes nos períodos ociosos e está tramitando na Assembleia Legislativa (Ales).



continuada para os profissionais envolvidos, e estabelecer critério de avaliação e acompanhamento dos resultados alcançados.

Segundo Denninho, diversos estudos demonstram que crianças e adolescentes que vivenciam rotinas organizadas, contam com apoio familiar e têm acesso a oportunidades de aprendizagem e expressão

Esse programa traz uma série de diretrizes, entre elas, a promoção de natureza esportiva, cultural, tecnológica e de apoio emocional; a participação das famílias no processo educativo; reforço escolar e orientação educacional; a formação de rotinas estruturadas e de hábitos saudáveis; e o incentivo ao uso de jogos lúdicos como instrumento pedagógico e de socialização.

"A inovação do programa reside na articulação entre escola, família e comunidade, consolidando uma rede de apoio e proteção ao estudante, com foco preventivo, educativo e inclusivo. Ao promover atividades esportivas, culturais, tecnológicas e de apoio emocional, o programa contribui para a construção de trajetórias mais seguras, saudáveis e cidadãs",

descreve o parlamentar na justificativa da proposição.

Todas as atividades do programa poderão ser desenvolvidas nos períodos fora do horário regular de aula, inclusive manhãs, tardes, noites e fins de semana, conforme a realidade de cada unidade escolar e as demandas da comunidade. O Mente Ativa, Futuro Saudável será implementado de forma progressiva, com prioridade para as regiões com maior índice de vulnerabilidade social. Outro ponto da proposta inclui a participação da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), que poderá disponibilizar recursos financeiros, materiais e humanos para as atividades; firmar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas; promover formação

para além do ambiente formal de ensino apresentam ganhos significativos em desempenho acadêmico, autoestima e desenvolvimento sócio emocional. “Além disso, apresentam menor propensão a comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas, a evasão escolar e o envolvimento com a violência”, afirma. O projeto será avaliado pelas Comissões de Justiça, de Educação, de Proteção à Criança e ao Adolescente e de Finanças. Após análise, poderá seguir para votação em plenário.

Se o PL for aprovado e virar lei, a nova legislação passa a valer data de sua publicação em diário oficial.

MAIS AGILIDADE: PAGAMENTO DO DIÁRIO OFICIAL PODE SER FEITO COM PIX

A Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO/ES) traz mais uma novidade para facilitar a vida de seus usuários: a partir de agora, o pagamento do Documento Único de Arrecadação (DUA) para publicações no Diário Oficial do Estado poderá ser feito via PIX.

A nova modalidade proporciona mais agilidade, comodidade e segurança no processo de pagamento. Agora, basta o usuário gerar o DUA no sistema de envio de matérias do DIO/ES e, em seguida, efetuar o pagamento com a chave PIX informada no próprio documento — seja por meio do aplicativo bancário, internet banking ou caixa eletrônico.

Com essa modernização, a Imprensa Oficial do Espírito Santo segue avançando na digitalização de seus serviços e reafirma o compromisso com a inovação e a eficiência no atendimento ao cidadão capixaba.

A diretora-geral da Imprensa Oficial, Sandra Shirley de Almeida, destaca que a iniciativa atende a uma

demanda recorrente dos usuários. “Com o PIX, o pagamento é feito em tempo real e o comprovante é processado de forma mais rápida, o que otimiza todo o fluxo de publicação. É um ganho para quem publica e para a administração pública como um todo”, frisou.

A nova forma de pagamento já está disponível e pode ser utilizada por órgãos públicos, empresas e cidadãos que precisam realizar publicações no Diário Oficial do Estado. Publicar no Diário Oficial é fácil e rápido. Para publicar, basta acessar o site da Imprensa Oficial do Espírito Santo (www.dio.es.gov.br), realizar o cadastro como publicador e seguir as orientações do sistema. O site também disponibiliza um passo a passo completo — basta clicar

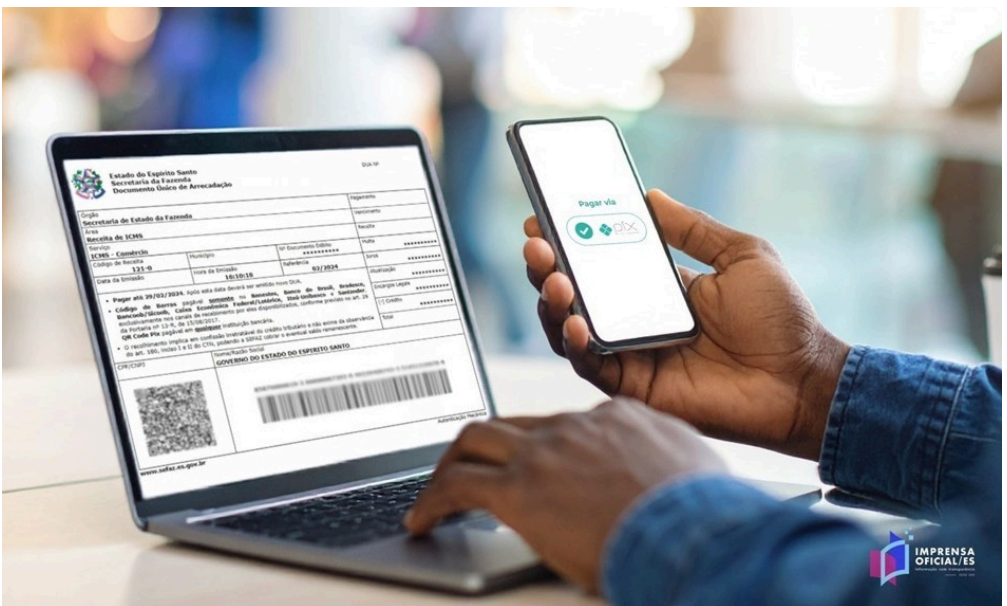
no link “Como fazer publicações”, onde está disponível o manual de cadastro e envio de matérias.

Atendimento ao cliente

Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato com o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) do DIO/ES pelo e-mail atendimento@dio.es.gov.br ou pelos telefones (27) 3636-6935 / 3636-6945.

Informações à Imprensa:

Gerência de Comunicação do DIO/ES



COMISSÃO DA REPACTUAÇÃO DE MARIANA DEFINE PRIMEIRAS AÇÕES



A Comissão Especial do Acordo de Repactuação do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) de Mariana deliberou nesta quarta-feira (11) o cronograma de encontros mensais até dezembro. Em reunião ordinária no Plenário Rui Barbosa, o presidente João Coser (PT), o vice Coronel Weliton (PRD) e o relator Dary Pagung (PSB) confirmaram convite ao titular da Secretaria de Recuperação do Rio Doce (Serd), Guerino Balestrassi para a próxima reunião, no dia 9 de julho, em formato de audiência pública.

Para que seja profícua a conversa com o secretário estadual – além de outros convidados da sociedade civil organizada e cidadãos diretamente envolvidos com a tragédia – o colegiado vai solicitar cópia integral do acordo. O intuito é dos deputados chegarem bem embasados para perguntar e tirar dúvidas sobre ações, projetos e orçamento sob a responsabilidade do governo do Estado no âmbito da secretaria.

“Uma das ações importantes é o acompanhamento e a fiscalização. Nós sabemos que muitas ações são tomadas, tem grande satisfação, mas tem também, no meio, alguma insatisfação por parcela da sociedade que não consegue se ver totalmente contemplada”, salientou Coser. O presidente reforçou à assessoria técnica da Ales que “o tempo é curto” e que a Casa precisa saber o que já vem sendo executado de um acordo “com mais de mil páginas”.

Saúde

Relator da comissão, o deputado Dary Pagung trouxe como ponto de preocupação sobre o acordo uma possível rigidez dos eixos para utilização dos recursos repassados diretamente pelo governo federal, através do TTAC, aos municípios para a saúde.

Ele pontuou que um dos eixos seria a

necessidades dos municípios.

“Queria trazer essa preocupação. Acredito que têm alguns municípios que têm esse recurso já em conta, mas não é que não têm interesse, não têm demanda mais pra construção de prédio”, afirmou.

Pagung defendeu que a comissão apure se realmente esses eixos serão definidos por uma espécie de colegiado da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), e sendo responsabilidade de um grupo da pasta estadual, que esses membros sejam convidados a debater o tema aqui na Ales. “Até mudar, se for possível, que os municípios decidam o que fazer com esse recurso da Saúde”, defendeu.

João Coser complementou a demanda de Pagung, colocando a necessidade de solicitar aos municípios, no tempo certo, que também apresentem o que já encaminharam ou definiram de uso dos recursos. “Parte do recurso já está na conta, tem que dar velocidade e também investir com qualidade. Não é só gastar o dinheiro, é gastar bem”, pontuou.

O presidente da comissão lembrou ainda que outra questão a ser compreendida pela Ales é o fato de alguns municípios não terem assinado o acordo. “Vão receber a parte da União, a parte do Estado, mas a parte dos municípios tem outra ação judicial que estão aguardando”. Já para Dary, o que pediria agilidade neste momento é a autonomia das prefeituras para tomada de decisão. “Nesse pacto os municípios não foram ouvidos. O que precisamos agora é que pelo menos o dinheiro que está em conta no município, que o município decida, e não Brasília. Porque em Brasília as pessoas ficam em escritório e não sabem realmente o que está acontecendo”, frisou

destinação do dinheiro para a construção de prédios públicos para a área, como postos de atendimento, e o outro, mais impactante, seria o custeio. O parlamentar quer debater as reais

Pagung.

O vice-presidente, Coronel Weliton, corroborou a função de o Legislativo estadual acompanhar “cada passo de cada centavo que vai ser disponibilizado” e não admitir qualquer irresponsabilidade dos gestores locais com o recurso.

“Então, é muito importante que, primeiro, o cidadão que foi atingido seja alcançado com esse valor. E o meio ambiente que está em primeiro lugar, o patrimônio de todos, também seja prioridade nesse investimento”, opinou.

Cronograma

Com reuniões mensais, sempre na 2ª quarta-feira de cada mês (9/julho, 13/agosto, 10/setembro, 8/outubro, 12/novembro e 10/dezembro), a comissão deverá realizar ainda audiências públicas e visitas técnicas.

OTTAC

Em novembro de 2024 foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o acordo judicial firmado entre Governo Federal; governos de Minas Gerais e Espírito Santo; Ministérios Públicos e Defensorias Públicas (federais e estaduais); e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil responsáveis pela Barragem de Fundão (Mariana MG). O documento definiu medidas de reparação, compensação e indenização aos impactados pelo rompimento da estrutura de rejeitos em 2015.

O novo acordo estima valores totais na casa de R\$ 170 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões que serão repassados em parcelas nos próximos 20 anos; R\$ 32 bilhões para obrigações diretas das empresas para ações de recuperação ambiental, reassentamento e indenizações; e R\$ 38 bilhões já pagos pelas empresas, via fundação, desde 2015.

Dos R\$ 100 bilhões, governos federal e estadual repassarão R\$ 40 bilhões para o ES, sendo R\$ 17 bilhões sob a mão estadual. Para gerenciar o recurso e as ações de reparação aos danos socioambientais e socioeconômicos, o Governo do ES criou em dezembro de 2024, com aprovação do Parlamento, a Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce (Serd). No mesmo mês os deputados criaram a comissão especial para acompanhar as medidas decorrentes da repactuação.

SECRETÁRIO DE SAÚDE DE COLATINA PARTICIPA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM CONSELHO DE SAÚDE



Na manhã desta sexta-feira (13), o secretário de Saúde de Colatina, Dr. Raul Amicci, participou de uma reunião extraordinária com o Conselho Municipal de Saúde para esclarecer as mudanças no funcionamento do Pronto Atendimento Municipal (PA), que deixará de operar nas dependências da Santa Casa de Misericórdia.

A audiência foi solicitada pelo próprio secretário logo após o recebimento do ofício da Santa Casa, no dia 5 de junho. Como não havia possibilidade de incluir o tema na pauta da reunião ordinária do Conselho, marcada para o dia 11, o secretário solicitou a realização de uma sessão extraordinária, agendada então para o dia 13/06. A iniciativa foi motivada pelas dúvidas e inseguranças geradas com o anúncio do fim do contrato com a instituição.

Dr. Raul explicou que a decisão da não renovação do convênio partiu da própria Santa Casa, que solicitou um reajuste de valores que ultrapassaria R\$ 570 mil por mês, montante que

não está previsto no orçamento municipal e que, segundo estudos de viabilidade realizados pela equipe técnica da Secretaria, não se justifica diante da atual estrutura e oferta de serviços.

“A gestão municipal não poderia assumir um custo incompatível com a realidade orçamentária, principalmente quando há alternativas para garantir e até ampliar o atendimento com recursos próprios. Nosso compromisso é com a responsabilidade na aplicação do dinheiro público e, acima de tudo, com a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população”, afirmou o secretário.

Durante a reunião, que contou com a presença de vereadores, representantes do Conselho de Saúde e de outras secretarias municipais, Dr. Raul detalhou a nova estrutura que está sendo preparada no bairro São Silvano, onde funcionará o novo PA Municipal a partir do dia 1º de julho.

Novo PA funcionará no prédio da Unidade de Saúde de São Silvano

O novo Pronto Atendimento Municipal vai funcionar no prédio onde hoje está localizada a Unidade de Saúde de São Silvano. O espaço está sendo ampliado e reestruturado

para oferecer um serviço mais moderno, completo e acessível à população.

A unidade contará com laboratório, sala de raio-x, ultrassonografia, farmácia, sala de pequenas cirurgias, sala de repouso para a equipe médica, recepção adequada, climatização e ambulância de plantão. Com a mudança, o serviço será totalmente municipalizado, garantindo maior controle, eficiência e transparência na gestão.

A mudança também prevê a unificação dos atendimentos realizados atualmente na Casa do Homem e na Unidade de Saúde de São Silvano, otimizando os serviços e integrando equipes.

“Não haverá interrupção no atendimento à população. Pelo contrário, estamos avançando na qualidade da assistência com uma estrutura mais moderna, equipada e com gestão direta da Prefeitura. O novo PA representa um salto na forma como cuidamos da urgência e emergência em Colatina”, destacou Dr. Raul.

A reunião foi aberta a perguntas e questionamentos dos conselheiros e representantes da sociedade civil, reforçando a transparência da gestão municipal e o diálogo com a população.

Informações à Imprensa:
Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social



Av. Jones dos Santos Neves, 214 -

Centro - Barra de São Francisco - ES

Facebook: **Jornal O Vigilante** Instagram: **@jornalvigilante**

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: **jornalovigilante@bol.com.br**

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira